COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.764, DE 2003

“Autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso.”

Autor: Deputado MILTON MONTI

Relator: Deputado JOVAIR ARANTES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.764, de 2003, do ilustre Deputado Milton Monti, visa alterar a redação do inciso V do art. 20 da lei nº 8.036, de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de prestações habitacionais em atraso.

Na justificção ao projeto, o autor argumenta que:

“Com o presente projeto, pretendemos sanar uma imperdoável falha existente na Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Como se sabe, uma das finalidades do FGTS é permitir ao trabalhador de baixa renda a tão sonhada aquisição da casa própria.

No entanto a referida Lei não socorre o trabalhador nos momentos mais dramáticos de sua vida, quando, por motivos alheios à sua vontade, na maioria das vezes em razão de desemprego fortuito, ele deixa de pagar em dia as prestações do financiamento a que se obrigou. Nesses casos, o trabalhador vê-se impedido de utilizar os

recursos de sua conta vinculada ao FGTS, recursos que, é bom frisar, são seus, de pleno direito.”

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Embora seja louvável a presente iniciativa, essa Comissão já se manifestou reiteradas vezes sobre a criação de novas hipóteses de movimentação de recursos do FGTS.

Na realidade, não é de boa indicação que, a todo instante, procure-se criar novas alternativas de saque de recursos em contas vinculadas e individuais do FGTS, desconsiderando o regime como um todo.

Tais medidas objetivam, ao restringir as hipóteses autorizativas de movimentação das contas vinculadas, permitir uma melhor captação líquida do sistema (arrecadação bruta menos os saques).

A posição que vem sendo adotada pela CTASP vai ao encontro da necessidade de preservação de importante fonte de recursos para financiamento de aplicação em habitação popular, saneamento e infra-estrutura e, o mais importante, indenização em caso de desemprego.

Por outro lado, no inciso V que se pretende alterar, encontra-se já contemplada, segundo determinados parâmetros, a hipótese de utilização dos recursos do FGTS para o pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. Neste contexto, reside a possibilidade de se pagar prestações habitacionais decorrentes de renegociação efetuada entre o mutuário e o agente financeiro, com o objetivo de tornar o mutuário adimplente, e onde, obviamente, pode ser incorporado o valor das prestações habitacionais vencidas e não pagas.

Além disso, a medida proposta talvez não beneficie um número expressivo de mutuários, tendo em vista que, recentemente, levando-se em consideração, entre outras coisas, que *“os valores a serem utilizados pelos trabalhadores para a regularização de seus contratos habitacionais poderiam ser absorvidos pelo FGTS sem impacto nos compromissos firmados ou no seu equilíbrio econômico financeiro”*, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, por meio da Resolução nº 421, de 16 de setembro de 2003, autorizou a utilização dos recursos da conta vinculada do trabalhador, em caráter excepcional, para o pagamento de prestações em atraso, cujo contrato se encontrava inadimplente até a data de 31 de agosto de 2003. Os trabalhadores puderam fazer uso dessa prerrogativa até 27 de fevereiro de 2004.

Assim sendo, pensamos ser mais oportuno manter o posicionamento que já vem sendo adotado por esta Casa e levarmos em consideração a necessidade de se preservar o próprio Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – evitando-se aumentar as possibilidades de saque sem uma análise criteriosa da disponibilidade de recursos pelo Conselho Curador do Fundo.

Isto posto, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 2.764, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado JOVAIR ARANTES
Relator